



DESPACHO – PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Senhor Diretor, com os meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente documento para expor o que segue.

Na data de hoje, 29.11.2016, chegou a mim, por intermédio do Setor de Protocolo, documento da empresa CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA com questionamentos acerca da Tomada de Preços n. 04.2016.

Muito embora esse documento tenha sido endereçado a mim, o questionamento base do mesmo refere-se a uma Decisão tomada por V. Sa., quando do julgamento das propostas de preço daquela Tomada de Preços.

Sendo assim, tendo em vista a hierarquia a qual todos nós estamos erigidos, remeto o documento em voga para vossa apreciação, manifestação e providências que entender cabíveis.

Cordialmente.

Sala do Setor de Compras e Licitações, 29.11.2016.

Eliel Monteiro da Silva

Presidente da CPL

CONSTRUTORA  
JOAQUIM AUZIEZ DE ALMEIDA  
GERENTE GERAL  
ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO  
C.P.F. 022.782.602-78

318  
A



## DESPACHO – DIRETOR GERAL

Trata-se de Despacho do Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) em que me remete documento da empresa Construtora Almeida LTDA., que protocolou nesse Instituto questionamentos e solicitações referentes à Tomada de Preços n. 04/2016, que tratou da “contratação de empresa para a conclusão da obra do Cão-Guia” nessa autarquia.

O Presidente da CPL declinou da competência de respondê-lo, haja vista que o documento supostamente versa sobre Decisão tomada por mim.

É o perfunctório relatório.

Da análise do documento em comento, assim me manifesto ponto a ponto:

### 1. IGNORÂNCIA À DETERMINAÇÃO LEGAL

Quanto a esse ponto, exposto tanto no primeiro quanto no segundo parágrafo do documento protocolado pela empresa JJ BARROSO, entendo ser despidendo tecer maiores comentários a esse ponto, visto que já me manifestei sobre.

Inclusive, o próprio Superior Tribunal de Justiça já se posicionou sobre o tema, senão vejamos:

#### ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQUÊNCIAS

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato.
  2. **Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame**, porque rubricadas devidamente.
  3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança.
  4. Recurso provido.
- 2ª Turma: RMS nº 15.530/RS, rel. Ministra ELIANA CALMON

Em outra decisão assim foi colocado pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, ao qual pertence o Amazonas:

#### DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Universidade Federal de Goiás contra decisão proferida por Juiz Federal da 6ª Vara/GO, que, no mandado de segurança n. 3636-28.2013.4.01.3500, deferiu, em parte, pedido liminar "para suspender o processo administrativo de licitação e contratação da obra objeto da Concorrência n. 16/2012" - construção de edifício.

Considerou o magistrado: a) da leitura dos arts. 13 a 15 da Lei n. 5.194/66 "infere-se que é uma exigência legal constar, na planilha orçamentária, além do nome da empresa, a assinatura e a menção explícita do título do responsável técnico, bem como o número de seu registro profissional"; b) "tais requisitos, por estarem especificados em lei, devem ser observados mesmo quando não há previsão

CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA

JOAQUIM AUZIER DE ALMEIDA

GERENTE GERAL

ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO

218





editalícia"; c) "a parte impetrante junta aos autos a planilha orçamentária apresentada pela empresa CABECEIRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., constando apenas a assinatura de seu sócio-proprietário"; d) "a Administração não respeitou o artigo 14 da Lei n. 5.194/66"; e) "quanto ao periculum in mora, este se mostra evidente ante a iminência da formalização contratual e o início das obras".

Alega-se que: a) "o Edital n. 16/2012, que traça o norte da efetivação da presente licitação, ao tratar especificamente da proposta, em seu subitem 5.3.2, diz que a 'Planilha de quantitativos e respectivos preços unitários, totais, parciais, preço de custo e preço global da obra, apresentando total de material e total de mão-de-obra, incluindo BDI, com todas as folhas rubricadas pelo responsável da empresa', não fazendo, nem de longe, qualquer exigência de que seria necessária a assinatura do profissional técnico credenciado perante o CREA"; b) "a licitante CABECEIRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. não descumpriu o disposto no Edital, observando-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e que da exigência contida na Lei n. 5.194/1966, inclusive, em primeiro plano, não fica evidente a finalidade de se determinar a assinatura do engenheiro na planilha orçamentária, responsabilizando-se pelos preços propostos pela empresa, pois, os preços oferecidos têm caráter comercial ou mercantil, diversamente do preço de referência da Administração, que deve ser atestado pelo engenheiro encarregado da elaboração do orçamento-base, que demanda conhecimento técnico, restando, pois, cristalino que a decisão rebatida deve ser imediatamente revista para manter a licitante futura litisconsorte neste *mandamus*, habilitada, classificada e adjudicada, com a manutenção do Contrato firmado com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS"; c) "a mera falta de assinatura do engenheiro não acarreta prejuízos à proposta, posto que esta se trata apenas da valoração da obra, do quanto a empresa pretende cobrar para a contraprestação dos seus serviços", sendo que "em nada acrescentaria a aposição de sua assinatura".

Requer-se, ao final, seja deferido pedido de efeito suspensivo para "que a UFG possa dar continuidade ao certame com a contratação da empresa Cabeceira Construtora".

Decido.

A desclassificação da agravante pela (simples) ausência de assinatura do responsável técnico na planilha orçamentária - cuja finalidade é fazer com que os participantes demonstrem ciência sobre os quantitativos necessários à execução da obra - afigura-se excesso de rigor formal. (...)

Plausíveis as alegações da agravante e patente o risco de lesão - impossibilidade de concluir a licitação e executar seu objeto, dentro dos respectivos cronogramas -, defiro o pedido de efeito suspensivo.

(...)

Brasília, 07 de junho de 2013.

JOÃO BATISTA MOREIRA

Desembargador Federal - Relator

Enfim. O assunto já foi deveras abordado.

## 2. FALTA DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO À EMPRESA

A empresa alega falta de intimação da Decisão que dei a respeito da manutenção da empresa JJ BARROSO como vencedora do certame.

CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA

JOAQUIM AUZIER DE ALMEIDA

GERENTE GERAL

ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO

C.P.F. 022.782.602-78

318  
J



Compulsando detidamente os autos, observo que, de fato, a empresa não foi intimada, o que contraria o art. 109, II<sup>1</sup>, da Lei n. 8.666/93.

Sendo assim, diante do exposto, determino a suspensão da marcha processual dos autos de número 23073.000924/2016-23, referente à Tomada de Preços n. 04/2016, pelo prazo de 10 (dez) dias, a fim de que a empresa CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA seja notificada deste Despacho para, querendo, representar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, daquela Decisão.

Caso passem os 5 (cinco) dias úteis previstos no art. 109, II, da Lei n. 8.666/93, sem manifestação da empresa, prossigam os autos com a respectiva marcha legal.

**Intime-se** a empresa, por meio de seu representante legal, pessoalmente, deste Despacho, bem como forneça cópia da Decisão n. 09.2016, ora debatida.

Informo que, caso a empresa queira cópia de outros autos do processo, deve fazer requerimento específico, via protocolo, com os atos **nominais** dos quais quer cópia, para que seja emitida Guia de Recolhimento da União (GRU) e posterior fornecimento.

Sala do Diretor Geral do IFAM-CMZL, 30.11.2016.

*[Assinatura manuscrita]*

Aldenir de Carvalho Caetano  
Diretor Geral do IFAM-CMZL  
Portaria GR/IFAM N° 1.063, de 26.03.2015

**CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA**

**JOAQUIM AUZIER DE ALMEIDA**  
GERENTE GERAL

ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO  
C.P.F. 022.782.802-78

<sup>1</sup> Art. 109 Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

(...)

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

(...)

4/8  
*[Assinatura manuscrita]*





DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 08/2016 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

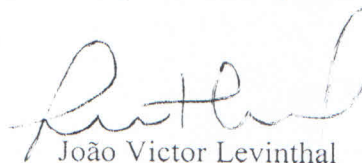
Em reunião realizada entre os membros da Comissão Permanente de Licitação para análise do recurso impetrado pela empresa CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA, **todos**, à unanimidade, decidiram rejeita-los e reiteraram os fundamentos já esposados na Decisão Interlocutória n. 05.2016.

Sendo assim, fazem subir os autos ao Diretor Geral para análise recursal.

Sala do Setor de Compras e Licitações, 03.11.2016.

  
Eliel Monteiro da Silva

Presidente da CPL

  
João Victor Levinthal

Vice-Presidente da CPL

  
Cleane Prestes da Cruz

Membra da CPL

  
Persilene Marques

Membra da CPL

  
Zenóbia de Brito

Membra da CPL

**CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA**

**JOAQUIM AUZIER DE ALMEIDA**

GERENTE GERAL

ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO

C.P.F. 022.782.602-79

518  
J



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO AMAZONAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 09/2016 – DIRETOR GERAL

Trata-se de decisão interlocutória para decidir sobre os recursos apresentado pela empresa CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA contra a aceitação da proposta da empresa J. J. BARROSO LTDA.

Tendo em vista que a Comissão Permanente de Licitação – CPL não reconsiderou a decisão tomada, subiram os autos a mim, devidamente instruídos, para que assim houvesse abono ao duplo grau constante da Carta Magna.

Passo à análise do Recurso Impetrado.

O fundamento recursal que consta do bojo do documento impetrado pela empresa Construtora Almeida versa sobre o fato de

A Licitante JJ Barroso Ltda – Me, em sua proposta de preços, apresentou planilha orçamentária, composição de preços unitários e cronograma físico financeiro sem acompanhamento da assinatura e identificação do Engenheiro responsável pela sua elaboração.

Tal fato contraria e fere de morte os art. 14 e 56 da Lei n. 5.194/66, além de invadir também os procedimentos técnicos privativos da profissão de engenheiro.

(...)

Ao contrário do entendimento esposado no Recurso da empresa, entendo que documentos referentes à proposta/planilha/etc, **quando em licitação**, não são, necessariamente, única e exclusivamente assinados por engenheiro.

Na verdade, entendo que esses documentos devem, sim, ser elaborados por engenheiros, até mesmo porque só eles têm o respectivo conhecimento técnico para tanto.

Ocorre que, quando se trata de uma licitação, a assinatura (visto) por parte do representante legal não significa que quem elaborou a planilha foi esse representante (que, caso não seja engenheiro, não teria competência para fazê-lo), mas sim que **esse representante endossa a planilha feita pelo engenheiro**, sendo certo que está “de acordo” com os dados ali contidos.

Sendo assim, não vejo vícios nas planilhas elaboradas pela empresa JJ Barroso LTDA, que, inclusive, colima aos interesses públicos da busca pelo menor preço.

Pelo exposto, ante ao iminente fim de prazo para emissão de empenho no corrente ano, ato contínuo ao presente Despacho, determino à Comissão que faça o Relatório Final da referida Licitação, bem como me envie em caráter de urgência para Homologação e Adjudicação do objeto à empresa **JJ BARROSO LTDA**.

Sala do Diretor Geral do IFAM-CMZL, 01.11.2016.

*Aldenor de Carvalho Caetano*  
Aldenor de Carvalho Caetano  
Diretor Geral do IFAM-CMZL

Portaria GR/IFAM Nº 1.063, de 26.03.2015

**CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA**

**JOAQUIM AUGIER DE ALMEIDA**  
GERENTE GERAL

ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO  
C.P.F. 022.782.602-78

618  
A



Manaus, 28 de Novembro de 2016.

Ao  
Senhor Eliel Monteiro da Silva  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Instituto Federal do Amazonas  
– IFAM.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

IFAM-AM/CMZL  
Protocolo: 1255  
Em: 29/11/2016  
Horário: 10:02  
JEANGELIO  
Assinatura

Senhor Presidente:

Quando da abertura dos envelopes de Preços da Licitação em referência, constatamos nas peças Técnicas de Engenharia a ausência de assinatura de um engenheiro e sua devida identificação, conforme preceitua o Art. 14 e 56 da Lei 5.194/66 na Proposta de Preços apresentada pela empresa JJ Barroso – ME.

Tendo em vista que a Comissão de Licitação ignorou totalmente a determinação legal, apresentamos recurso contra a Decisão que qualificou a referida proposta, recurso este protocolado sob número 1092 datado de 26.10.2016.

Considerando que até a presente data não recebemos qualquer comunicado ou decisão de V.Sa., nem constou do site oficial do IFAM, como sempre acontece nas licitações dessa comissão, entretanto ao efetuarmos visita a esta comissão dia 25 do corrente fomos informados verbalmente de que o Recurso havia sido rejeitado, sem contudo haver qualquer tipo de publicação ou divulgação nem ao menos no mural próprio desse IFAM.

Certos de que esse procedimento não se coaduna com as boas práticas que devem ser seguidas pelas Instituições Públicas, solicitamos um pronunciamento formal e oficial sobre nosso Recurso, e cópia de todos os atos

**CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA**  
EMPRESA CERTIFICADA NO PBQP-H NÍVEL "A"  
Rua 20, Nº 574-A. CONJ. CSTELO BRANCO, PARQUE DEZ. CEP. 69.055-380. MANAUS – AMAZONAS  
TELEFONE: (92) 3642-8900. E-MAIL: cal.engenharia@hotmail.com

J. SAGUM ALZIER DE ALMEIDA  
GERENTE GERAL  
ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO  
C.R.E. 022 782 602-78

718  
X

praticados para que a partir daí possamos tomar medidas que julgamos necessárias inclusive de cunho Judicial e junto ao TCU e Procuradoria Geral da República.

Certos de vosso breve acatamento, somos

Atenciosamente

CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA

JOAQUIM AUZIER DE ALMEIDA  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO  
C.P.F. 022.782.602-78

CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA

JOAQUIM AUZIER DE ALMEIDA  
GERENTE GERAL  
ENG.º CIVIL CREA 062-D 20ª REGIÃO  
C.P.F. 022.782.602-78

8/8  
J